

TRABALHO DOCENTE E A QUESTÃO IMIGRANTE

Cybele de Faria e Soares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- Brasil

cybele.soares@usp.br

Resumo: Quando novos personagens aparecem dentro do espaço da sala de aula é um momento prolífico discutirmos a prática pedagógica mediante as novas demandas desses novos atores escolares. A emergência de imigrantes nas escolas suscita questionamentos variados e, para respondê-los a contento é preciso recorrer à literatura específica. A imigração é um fenômeno peculiar que exige tratamento e análise próprios, assim como a seus sujeitos. Portanto, para discutir a dinâmica escolar em face desse grupo é necessário compreensão do fenômeno a começar pela revisão bibliográfica. E, a partir dela, retirar alguns apontamentos para a prática pedagógica, que parece se tornar mais próspera em diálogo com a interculturalidade.

Palavras-chave: imigração; revisão bibliográfica; interculturalidade.

"Quem disse que eu mudei?

Não importa que a tenham demolido:

A gente continua morando na velha casa em que nasceu."

Mario Quintana

INTRODUÇÃO

A emergência de novos sujeitos nas escolas provoca a necessidade de rever o significado da nossa prática pedagógica. Quando os novos sujeitos são imigrantes é importante rever o significado da imigração e compreendê-la dentro do contexto da escola, crendo esta como a instituição que apresenta a cultura do país receptor.

Este novo personagem nas salas de aula põe em questionamento a prática docente e sugere a importância de mirar o fenômeno sob um viés intercultural. Assim, analisar a literatura produzida sobre o tema é o primeiro caminho para repensar a prática docente com esses novos sujeitos no propósito de melhor entendê-los como também de contribuir para sua melhor inclusão.

Encontrar alternativas promissoras que possam potencializar a heterogeneidade na sala de aula não só para inserir verdadeiramente os diversos sujeitos mas também para pôr em evidência a existência de diversas culturas e o entrelaçamento delas, com vistas a minar a crença de hierarquia de culturas, intencionando findar a prática social que diminui o valor de uma cultura e, conseqüentemente, valoriza outra.

A IMIGRAÇÃO E O OUTRO

A imigração, como objeto de pesquisa é recente no Brasil, de meados da década de 1990, e o grosso da pesquisa nesse tema relaciona-se à perspectiva histórica. Portanto, se o procurarmos articulado com educação, os resultados são poucos.

A história da imigração para e do Brasil como tema de pesquisa aparece com o recorte temporal da virada do século XIX para o século XX, quando diversos imigrantes vieram para trabalhar nas lavouras como uma forma de substituir a mão-de-obra escrava recém liberta. Esse número encorpado de trabalhos foi descartado, pois não interessava a essa etapa de questionamentos relacionados à migração contemporânea.

Um artigo de Martine na revista “São Paulo em Perspectiva” serve à pesquisa, pois ele faz um panorama da imigração hoje, relacionando-a à globalização. Ou seja, como os países não se desenvolvem em igualdade de condições, as pessoas e, às vezes, comunidades inteiras procuram novos lugares para reconstruir suas vidas, num desenraizamento constante. O autor analisa o fluxo migratório hoje, da América Latina e Caribe para os Estados Unidos e o relaciona à preponderância do fator econômico, à remessa de dinheiro, um aspecto forte e importante tanto para os países emissores quanto para os países receptores, ou seja, para o autor, os dois países relacionados à imigração saem ganhando, economicamente, com a mudança de território dos sujeitos, porque o envio de dinheiro do imigrante no país receptor para o país de origem gera ganhos altos para os dois.

O que aparece como notório nesse texto é que ele vai à contramão de outras pesquisas encontradas, que relacionam a imigração ao aumento dos cuidados com segurança nacional dos Estados, pois que analisam que a população receptora vê no imigrante o sujeito que atrapalha a ordem social do país, e tende a temê-lo.

Duas pesquisas trabalham na análise dessa percepção negativa da imigração por parte da sociedade do país receptor, não necessariamente defendendo, mas trazendo à luz as dificuldades de inserção do imigrante no país escolhido. A pesquisa intitulada “A ‘securitização da imigração’: mapa do debate”, de Brancante e Reis, de 2009, os autores observam que a relação entre migrações internacionais e segurança tem aumentado, uma vez que se discutem reformas políticas sobre o tema e os países europeus tendem a “... lidar com a questão da imigração no mesmo grupo de trabalho que discute narcotráfico, crime organizado e terrorismo, sob a rubrica genérica de ameaça transnacional” (2009, p.75). O fenômeno imigratório é recebido pelos Estados como uma ameaça, como um problema que deve ser combatido.

Em consonância com essa percepção negativa do imigrante, outra pesquisa, do Observatório da Imigração de Portugal, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo, levada a cabo por Lages e Policarpo, faz uma sondagem com 1419 portugueses e 1051 imigrantes, para entenderem a percepção recíproca que os portugueses e diferentes grupos de imigrantes têm uns dos outros.

A seguinte afirmação “Os imigrantes cometem mais crimes que os portugueses” obteve 39,5% de portugueses que discordaram e 30% que concordaram, mas obteve também 30,5% de não resposta. Ou seja, se unirmos as respostas dos que não responderam (pode-se pressupor que estejam em dúvida) com os que responderam afirmativamente, a percepção dos portugueses com relação aos imigrantes não é completamente favorável. É preciso separar os grupos imigrantes, explicitar de qual grupo imigrante se fala, porque os africanos, os brasileiros e os europeus do leste são recepcionados de maneiras distintas; uns mais positivos e outros mais negativos.

Por isso a pesquisa de Martine é interessante porque pontua as vantagens e desvantagens da imigração para os países receptores e os países emissores, ou seja, faz loas à imigração. Embora o autor se fixe na questão econômica da imigração (ponto

caro às pesquisas sobre imigração, pois que o fator econômico é na maioria dos casos o gatilho da imigração), toca levemente na questão da troca cultural: “aqueles que alegam ser contrários à migração por causa dos riscos de erosão cultural fariam bem em analisar algo da história dos países que mais receberam migrantes e souberam aproveitar o que cada cultura trazia para o enriquecimento geral da nação. Bem aproveitadas, dentro de uma política explícita de receptividade e acomodação, as levas de migrantes enriquecem, inevitavelmente, a cultura das regiões de destino” (2005, p. 13).

Martine trabalha na perspectiva de que, existindo muitas desvantagens para os migrantes, relacionadas às dificuldades de trabalho ou subempregos, as vantagens se sobrepõem e as superam. Conclui que “a globalização fará cada vez mais necessária a transição do “controle migratório”, para a “gestão migratória”, em um sentido amplo.” (2005, p.14).

Relacionado à globalização, Canclini também defende a mistura que se acentuou nesse período de integração social, cultural e econômica, e cria o conceito de “culturas híbridas”, que “levam a relativizar a noção de identidade” (2013, XXIII)

“Quando se define uma identidade mediante um processo de abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas), frequentemente se tende a desvincular essas práticas da história de mistura que se formaram. Como consequência, é absolutizado um modo de entender a identidade [...]” (CANCLINI, p. XXIII)

e também afirma que “os processos globalizadores acentuam a interculturalidade moderna quando criam mercados mundiais de bens materiais e dinheiro, mensagens e migrantes” (2013 p. XXXI).

Se a globalização promove mudança nas relações de envio de pessoas aos diversos países, convém entender como a migração se dava em anos passados, pré-globalização recente. Para essa questão, há um texto de Marinucci e Milese, ambos do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, que faz um breve histórico das migrações para o Brasil. Porém os autores não se limitam ao breve histórico e avaliam a dimensão do fenômeno migratório. Segundo eles, uma em cada trinta e cinco pessoas é migrante (a fonte que apresentam é do *World Economic and Social Survey*). Na sequência da análise eles endossam o coro no qual participa Martine, dos benefícios da migração,

focando os benefícios da mão-de-obra jovem e o alívio que promovem na seguridade social dos países que tem aumentado seu número de velhos. Porém vão além, pois só ter como fato que os imigrantes substituirão a mão-de-obra faltante é pensar na importância da imigração somente ao lado dos países receptores, esquecendo-se do significado da migração para os próprios sujeitos migrantes, e para os países emissores. Portanto eles avançam, defendendo que a rigidez da legislação migratória estimula a ilegalidade e põe em risco a vida de diversos migrantes. Ou seja, é preciso discutir a legislação vigente para que acabe, ou ao menos minimize, a ilegalidade promovida pela austeridade e, conseqüentemente, a violação de direitos humanos básicos. É importante, segundo eles, contextualizar a migração para que a “culpa” das crises econômicas dos países receptores não recaia exclusivamente sobre os indivíduos migrantes, pois que migrar não é uma decisão exclusivamente individual. “Essas análises ideológicas e descontextualizadas, na realidade, omitem as influências que as dinâmicas geopolíticas e econômicas planetárias exercem nos processos decisórios dos emigrantes do sul” (2005, www.migrante.org.br) Este ponto é fundamental para entender o fenômeno migratório para além de sua dimensão individual, pois é premente pensar que, quando o indivíduo opta em mudar de país para melhorar suas condições objetivas de vida, essa decisão está, parece-nos, pautada pelas condições socioeconômicas de seu país de origem, pela falta de boas condições materiais que não dão conta da existência material de um grupo de pessoas.

O tema da imigração é objeto de um grande estudo realizado pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), vinculado ao Ministério do Planejamento e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esta pesquisa do CNPD engloba diversos artigos sobre o mesmo tema e vários interessam a essa pesquisa.

O texto das autoras Assis e Sasaki trata de uma revisão bibliográfica acadêmica sobre os últimos vinte anos do século XX sobre a migração voluntária no Brasil (exclui os refugiados). As autoras corroboram o que eu havia conseguido observar nas pesquisas realizadas através dos sites da Capes e do Scielo sobre o tema: existem poucas pesquisas, e o grosso da produção aparece em forma de *papers* apresentados em congressos, outra parte se apresenta em forma de teses e dissertações. Existem grupos

de pesquisa sobre a migração internacional nos fóruns da Anpocs¹, Abep² e CNPD. Essas pesquisas, em geral, perseguem as seguintes perguntas: quem são os imigrantes no Brasil? Quantos são? De onde vem e para onde vão? Ou seja, tem um caráter demográfico mais evidente.

As autoras comparam a produção das pesquisas sobre imigração da virada do século XIX para o século XX com a produção sobre a imigração contemporânea e concluem que aquelas são em número muito maior e que estas estão em andamento e acompanham a dinâmica dos fluxos migratórios. Porém, segundo Patarra

“nos últimos tempos o tema das políticas migratórias no Brasil tem se tornado imperativo. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, blogs, portais oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos- as migrações internacionais” (2012, p.7).

O artigo de Assis e Sasaki suscitou a procura dos grupos de pesquisa supracitados, sobretudo da Abep e no site é possível encontrar os anais de todos os encontros desde a fundação do grupo. O Grupo de Trabalho sobre ‘Migração Internacional no final do século’, era coordenado pela professora Rosana Baeninger, do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO/UNICAMP). No encontro do ano 2000, realizado em Caxambu, aparece um texto interessante, das mesmas autoras que fizeram a revisão bibliográfica do tema na pesquisa do CNPD, intitulado “Teoria das Migrações Internacionais” no qual fazem a revisão do tema na literatura sociológica e também a perspectiva desse tema na visão econômica.

Ainda no primeiro texto dessas autoras, aparecem os novos grupos latino-americanos (notadamente bolivianos) no Brasil e também a vinda dos coreanos.

O segundo artigo, apresentado no XII Encontro Nacional da Abep, em Caxambu, anos 2000, intitulado “Teoria das Migrações Internacionais” pode servir-nos no sentido de indicar caminhos teóricos, além da revisão do tema na Sociologia Clássica, traz novidades teóricas como o conceito de “transmigrante”. Esse construto

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

² Associação Brasileira de Estudos Populacionais

serve para abordar os novos fluxos migratórios e é um termo criado pelas seguintes autoras: Nina Glick-Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc que se refere aos novos imigrantes que

“mantém múltiplas relações sociais entre o local de emigração e a sociedade hospedeira. Os migrantes passam a ser chamados de transmigrantes quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações -familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que ampliam as fronteiras colocando em interrelação o global e o local”. (In: SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das migrações internacionais. Ponencia del XII Encontro Nacional da Abep, 2000.)

A migração é um processo de rompimento que caracteriza o migrante porque ele está marcado pelo local de origem. Não somente sua recepção no país escolhido parece depender dessa marca como também a forma que encontra para manter alguma unidade identitária é relacionando-se constantemente com as relações deixadas noutro espaço. Uma forma de dar sentido à migração é lembrar-se do que o fez migrar, que em geral encontra-se no país emissor. Como ensina, poeticamente, Mario Quintana, “a gente continua morando na velha casa em que nasceu”, no sentido de sermos orientados (inclusive a negação da origem não rompe com ela) para o espaço físico, social e cultural em que nascemos e vivemos. A comparação é um aspecto importante para o pesquisador de imigração porque o imigrante carrega marcas sobre o “antes” e o “depois” da mudança.

Sayad diz que “inmigración aquí y emigración allá son las dos caras indisociables de una misma realidad” (2010, p.10). Daí que é necessária sensibilidade e acuidade no tratamento da imigração.

Outro trabalho que compõe a pesquisa do CNPD, “Considerações sobre a Imigração no Brasil Contemporâneo”, de Barreto, diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça à época do texto, em 2001, apresenta-nos como relevante para ser utilizado no presente trabalho por apresentar números oficiais a respeito dos imigrantes no Brasil. Porém só considera os documentados, e outros estudos, como apresenta em sua dissertação de Mestrado pela PUC-SP, Bonassi, citando Quiñones, que na Revista Travessia (esta também referência para estudos da área) afirma que “parece que existe pelo menos a mesma quantidade de migrantes

internacionais ilegais quanto migrantes oficialmente reconhecidos” (BONASSI, 2000, p. 33). Ou seja, é incerto o número real de imigrantes no Brasil, mas os números oficiais podem ser visitados em diversos sites governamentais, como exemplo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, além do texto de Barreto.

Na perspectiva dos Direitos Humanos, na qual encontrei diversos trabalhos, Patarra é uma pesquisadora importante. Estudando as políticas migratórias e sociais no trato com os migrantes internacionais, defende ações dos Estados que minimizem as dificuldades e a exploração sofrida pelos imigrantes internacionais (com ênfase para os não-documentados). Comenta o texto de Barreto, trazendo informações sobre a origem do CNIg e as resoluções que regulamentam a imigração, sob o ponto de vista da assimilação. Sem se deter na análise, escreve sobre a dimensão do acesso a escola de filhos de imigrantes e as dificuldades encontradas, algumas vezes de conseguirem matrícula nas escolas públicas. Salienta que o Sistema Único de Saúde (SUS) é o único que recebe indistintamente seus pacientes, que o difere da escola nos sentido de dar acesso sem exigir documentação. Lembra que o Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, ainda no período da ditadura militar, é restritivo quanto ao acesso dos imigrantes indocumentados aos serviços sociais. Mas a Constituição Federal de 1988 tem cunho universalista e abrange o acesso à educação e à saúde a todos, portanto, o Estatuto do Estrangeiro deve ser revisto, pois que se contrapõe à lei maior do país.

Afunilando mais a pesquisa e a aproximando do tema que interessa, imigração e educação contemporânea, as pesquisas começam a rarear.

Uma tese de doutorado, defendidas na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo estuda o objeto e investiga os coreanos em São Paulo de uma geração já nascida na cidade que cria sua identidade sob dupla nacionalidade. A autora, Eun Mi Yang, demonstra como esta geração movimenta e modifica a relação do Eu e do Outro, ou seja, mantém os laços familiares e a cultura do país de origem, porém já se sente mais confortável no país que adotou.

Há uma pesquisa feita na cidade de Buenos Aires, de autoria de Beheran intitulada “Migraciones y Educación em la Argentina. Transformaciones e

continuidades” que participa do livro organizado por Novick: “Migraciones y políticas publicas: nuevos escenarios y desafíos” publicado pela Catálogos em Buenos Aires, 2005. Os outros trabalhos deste livro não foram relevantes para este primeiro momento da pesquisa porque tratam de temas próprios à Argentina, como políticas em períodos kirchneristas, ou imigração e distribuição no espaço urbano ou direitos políticos.

Na pesquisa de Beheran, a autora faz investigações etnográficas em escolas primárias e secundárias da cidade de Buenos Aires e tinha por objetivo pesquisar as representações e práticas dos docentes no que tange os imigrantes. O caso da Argentina estudado por esta pesquisadora se refere aos imigrantes bolivianos e paraguaios, principalmente.

A autora observou que os professores, muitas vezes sem perceber, fazem um discurso de integração destes estudantes na cultura nacional, donde se subentende a necessidade de deixar de lado sua cultura de origem, ou seja, para entrar efetivamente e ser partícipe da sociedade receptora é preciso abdicar do mais basal do fenômeno migratório que é a relação com o local de origem, como nos ensinou acima Sayad. Em alguns casos os docentes têm boas intenções e criam, por exemplo, feiras nas quais os estudantes devem apresentar as comidas típicas de seus países de origem. Porém a pesquisadora entende que esses esforços acabam por reforçar as diferenças porque estigmatizam e esquecem-se de outros aspectos da cultura dos sujeitos migrantes. Além disso é preciso questionar se a aparição desses personagens na escola só se dá em momentos festivos, quer dizer, se os alunos só são chamados a participar da dinâmica escolar no momento de mostrarem parte de sua cultura, que pode deixar transparecer uma crença de que esse imigrante é o “exótico” que deve ser exibido. Um diálogo intercultural pretende ser uma discussão sobre as bases comuns da nossa cultura, nesse caso da cultura latino-americana, donde não faz sentido exibir o outro como “exótico” uma vez que temos origens culturais comuns.

Parece que a dualidade de quem é o nacional (a norma) e o migrante (o estrangeiro estranho) fica mais marcada e reforçada pela utilização da cultura do migrante de forma caricata e estigmatizada (através das festas e demonstração de comidas e danças “típicas”).

O contraste Eu (migrante) x Outros (nacionais), segundo Oliveira, no texto “(Des) Caminhos da Identidade”, acaba por ser um marcador do jogo de inclusão e de exclusão. Por isso as boas intenções devem ser cuidadosamente elaboradas para que não marquem ainda mais uma identidade já abalada no processo migratório.

Parece que os professores não tem sensibilidade para entender o fenômeno da imigração numa perspectiva mais ampla, em que explica as dificuldades que são mudar de país, reconstruir sua vida e de seus familiares numa terra que lhe é inóspita e ainda tentar manter suas tradições mais originais, que deem significado à vida e lembrem também do significado da mudança. A escola, como porta de entrada na cultura nacional, acaba por criar uma relação dialética entre identidade nacional e identidade étnica. A defesa da primeira diminui e tenta sublimar a identidade dos grupos étnicos.

Beheran descreve casos nos quais essa desvalorização aparece nitidamente: “Qué puedo hacer yo con esos chicos en el aula? Que no tienen normas culturales basicas...Nada” (fala de uma professora da escola primária). Ou ainda: “Nosotros les explicamos a las mamás que tienen que dejar de hablarles em aymara, quéchua o guaraní para que los chicos se integren” (outra professora de escola primária).

Quando os professores minimizam as culturas e histórias múltiplas de seus alunos e colocam o problema da dificuldade de aprendizagem desses imigrantes na cultura originária deles, deixar entrever que o trabalho a fazer, se houver, é diminuir ao máximo as influências de sua cultura familiar para introduzi-lo na cultura do país receptor. É importante para os imigrantes manter, na vida privada, a cultura do país de origem, a sua cultura, justamente porque lembrar o motivo da mudança é parte constitucional da identidade num país estrangeiro. Não se pode apagar toda sua formação social e individual e refazer uma identidade começando do zero.

A autora defende que, a partir do olhar etnográfico, é possível fazer um

“desarrollo de una sensibilidad que les permita a los miembros de la comunidad educativa comprender lo complejo que puede ser para los/as niños/as y jóvenes inmigrantes llegar e “integrarse” en esse nuevo espacio social, no porque “su cultura” sea outra, aunque las diferencias culturales pueden constituirse em generadoras de conflictos comunicacionales, sino porque el proceso migratório en sí puede acarrear períodos de certa dificultad” (2012, p. 216)

Outro ponto que esta autora desmonta é com relação a apropriação linguística. É comum ouvir que a dificuldade dos alunos imigrantes reside na dificuldade em falar e língua do país receptor (pode ser o chinês ou o espanhol, que este embora tenha a mesma raiz é uma língua com particularidades) e nas escolas da cidade de Buenos Aires a questão da língua não se apresenta como fundamental, pois os alunos falam o espanhol (embora utilizem a língua indígena em casa). Porém existem problemas de outras dimensões, portanto parece que, no caso argentino, a dificuldade maior é a comparação do portenho que se sente superior ao indígena nativo - inferior- (os outros da América Latina). Quer dizer, as dificuldades dos imigrantes na escola, na sala de aula, está para além das diferenças linguísticas.

Tentar compreender como as práticas pedagógicas de nós, professores, se orientam para dar conta da existência das diferentes culturas dentro da sala de aula parece estar na ordem do dia, uma vez que o Brasil tem se tornado um país atrativo para fluxos migratórios. A discussão sobre a interculturalidade deve ser posta em contraponto com a nossa prática para que esta seja orientada por aquela.

A orientadora da pesquisa de Beheran, autora supra citada, Novaro, também atua no tema da imigração na Argentina e, num texto “Educación Intercultural: potencialidades y riesgos”, propõe debate sobre a interculturalidade: (a) o que queremos quando falamos disso?; (b) a interculturalidade como política de Estado e como estratégia e organização da sociedade civil; (c) a interculturalidade na divisa entre igualdade e diversidade em educação; (d) as situações da interculturalidade na escola e a relação com os distintos saberes.

É preciso, segundo Novaro, ter cuidado com o uso da palavra “interculturalidade” que costuma ser associada quando se trata de escola indígena e de imigrantes pobres (não qualquer imigrante). Ou seja, combina com a ideia de sua orientanda de que existem grupos inferiores e grupos superiores (de novo, o Eu nacional superior *versus* o Eu migrante inferior), e é isto que a escola está marcadamente repetindo. É mister reconhecer que o outro “es um misterio” (2006, p.3) para começar a avançar na perspectiva intercultural como uma “utopia a construir” (2006, p. 2)

Mayo, da Universidade de Malta, é também defensor da educação multiétnica, intercultural. Em um artigo na Revista Lusófona de Educação, estuda Paulo Freire, com ênfase no diálogo religioso e inter-étnico. Embora a realidade que explora seja distinta da nossa brasileira, o trabalho interessa porque reitera a necessidade de escuta do outro, de abertura ao mundo do outro para melhor entender o outro, e possivelmente, a si mesmo.

Elenca uma lista de desafios para os educadores que trabalham com os diversos grupos étnicos, entre eles: não devemos olhá-los como “défices”, devemos desconfiar das representações dos construtos sobre “o outro”, os educadores críticos precisam transformar-se em “atravessadores de fronteiras”: precisam começar a compreender algo mais sobre a cultura dos outros, incluindo a religião” (2005, p.53).

Mayo endossa a defesa do discurso de acabar com o posicionamento da superioridade cultural de um grupo sobre o outro para conseguir abrir diálogo e de aumentar a sensibilidade para o significado do que seja um imigrante.

Os professores precisam estar atentos à sua prática para que não cometam esses erros que podem atrapalhar a inserção do aluno imigrante não só na escola, mas na cultura como todo, do país que escolheu.

À GUIA DE CONCLUSÃO: APONTAMENTOS PARA A PRÁTICA INTERCULTURAL

O fenômeno migratório não é novidade no Brasil, embora, excetuando as grandes migrações da virada do século XIX para o século XX, o Brasil seja conhecido muito mais como país emissor de migrantes que um país receptor, mas tem assistido um aumento dos fluxos migratórios para o país.

Pensando na escola como o local que muitas vezes recebe os filhos dos imigrantes e lhes apresenta a cultura e o modo de vida da sociedade receptora, a emergência desse grupo no espaço escolar tem suscitado uma produção analítica, ainda que incipiente.

O Brasil, como um país que bem recebe seus visitantes tem sido posto em xeque no que diz respeito à absorção desse público novo nas escolas. Existem algumas

pesquisas que se debruçam sobre o fenômeno da imigração dos bolivianos e sua inserção na escola pública que não se configura como uma inserção tranquila, o que deixa entrever que há dificuldade dos nacionais e dos que trabalham próximos aos grupos imigrantes no entendimento do que significa ser imigrante, e também da aceitação das culturas diversas na esfera escolar. Por isso não conseguem facilitar o entrosamento efetivo e verdadeiro desses novos grupos.

É preciso que nos perguntemos se esses imigrantes têm suas culturas e as histórias consideradas no percurso escolar. E sobretudo que tentemos responder honestamente às perguntas que se colocam. Como os diferentes grupos imigrantes são recepcionados e tratados na prática escolar? As diferentes nacionalidades tem tratamentos diferentes? Quer dizer, existe um migrante desejável ao passo que existe também um imigrante indesejável, um bom e um mau imigrante? Há entendimento do que seja ser imigrante? Isso estimula a questionar se há uma cultura superior, se há hierarquia de culturas.

É preciso esclarecer que quando se diz “como são recebidos e tratados” na escola não se trata de absorver o imigrante de maneira assimilacionista, prática que tende à homogeneização, na anulação dos sujeitos e de suas diferentes práticas, histórias tecidas em outros lugares. É preciso também investigar se essa prática assimilacionista acontece na escola em questão. Trata-se de apontar que o assimilacionismo é encarado aqui como uma forma de acomodar o imigrante na identidade nacional, para que ela não perca seu conceito agregador, de unidade. No caso da escola, é importante verificar se a adaptação dos imigrantes se dá de forma a estimular o interculturalismo.

É possível depreender da revisão bibliográfica que os pesquisadores acadêmicos acentuam a necessidade de os docentes mirarem os migrantes com sensibilidade e dar-lhes oportunidades sinceras e reais de participarem do processo escolar. Porém, a prática se apresenta de forma mais complexa. Uma pesquisa realizada pela Fundação BB-BV e o Instituto de Estudios Autonomicos sobre Imigracion e Transformacion Social, realizada na Cataluña, afirma que uma maior proporção de estrangeiros diminui o rendimento do grupo de alunos. Mas observe que não se trata de qualquer migrante: os que atrapalham o rendimento são os africanos, estes indesejáveis, mas os asiáticos

aumentam o rendimento, portanto se tornam migrantes desejáveis. Esta pesquisa está no texto de Batanero (2006), da Universidad de Sevilla.

O autor conclui que é necessário tomar certas atitudes políticas e educativas que consigam dar respostas eficazes aos problemas apresentados e acaba por se aproximar da interculturalidade como plano de ação. Outros fatores servem como postas para o professor e a dinâmica escolar como um todo, tais como estimular o intercâmbio de experiências, ter currículo aberto e flexível, orientação não discriminatória como princípio de igualdade de oportunidades. Porém um ponto promove questionamento: o autor sugere que os programas escolares devem “disminuir la discrepancia acerca de los valores y contenidos que transmite la escuela y los que transmite la familia” (2006, p.8).

Embora a pesquisa analise uma realidade diferente da brasileira, o que acontece na Espanha deixa entrever uma perspectiva de sobrevalorização de um conhecimento (o escolar) e subvalorização de outro (o familiar, cultural) além da sobrevalorização de um sujeito em detrimento do outro. Ou seja, além da hierarquia de grupos, é preciso discutir os valores que são marcas da escola, daquela cultura escolar que só valoriza certos saberes.

Se existe uma cultura de um grupo que é melhor que a outra, a construção da identidade, utilizando o trabalho de Oliveira, já citado, finda marcando a supremacia de um “outro” (incluído social e culturalmente) que é melhor e supera meu “eu” (excluído por ser de outro grupo étnico ou cultural).

Se há diferentes tratamentos dados a diferentes grupos de imigrantes, sendo alguns valorizados e outros menosprezados, é possível pensar que o multiculturalismo (aquela forma que tolera o estranho, o outro, o diferente) é um problema a ser resolvido quando se trata dos grupos pobres e mais desfavorecidos. Endossa essa ideia a doutoranda da Universidade do Minho, Casa-Nova, quando diz que “imigrantes provenientes da União Europeia, como ingleses, franceses, alemães, etc, não são normalmente perspectivados como “imigrantes”, mas como “estrangeiros”, cujo processo de integração não se coloca, mesmo que possuam redes de sociabilidade próprias e os seus descendentes frequentem escolas próprias, vivendo à margem da

sociedade de acolhimento” (2005, p. 185). Ou seja, a percepção do outro como problema se relaciona mais à origem econômica que a origem cultural.

O multiculturalismo deve ser revisto e substituído pelo interculturalismo, que além de estimular respeito às diversas culturas, pretende trazê-las à tona e promover o diálogo e a discussão que a diferença solicita, modificando todas as partes envolvidas nesse processo múltiplo e rico. Não podemos desconsiderar a diversidade cultural se acreditamos que a escola é um espaço que deve ser, por excelência, democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Glaucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CNPD. Migrações internacionais- Contribuições para políticas. Brasília, 2001. p. 615-669.

BARRETO, Luis Paulo T.F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CNPD. Migrações internacionais- Contribuições para políticas. Brasília, p. 63-12.

BATANERO, J. M. F. Educación del alumnado inmigrante: propuestas educativas. Revista Iberoamericana de Educación, 2006. n. 39. pp. 1-10.

BEHERAN, Mariana. Migraciones y la educación en la Argentina. Transformaciones e continuidades. In: NOVICK, Susana. Migración y políticas públicas. Nuevos escenarios y desafíos. Buenos Aires: Catálogos, 2012. pp.201-226.

BONASSI, Margherita. Canta, América sem fronteiras! Imigrantes latinoamericanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2000

BRANCANTE, Pedro. Henrique, & REIS, Rossana. Rocha. A “securitização da imigração”: mapa do debate. Lua Nova, 2009, vol. 77 p. 73-104.

CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. São Paulo: Edusp, 2013.

CASA-NOVA, Maria. Jose. (I) migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas. In: Ensaio: aval. Pol. publ. Educ.. Rio de Janeiro, 2005. v. 13, n. 47, p. 181-219.

DEMARTINI, Zeila F., & TRUZZI, Oswaldo. (Eds.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCAR, 2005

DEMARTINI, Zeila F. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. In: Pro-posições, 15.vol. 3, 215-228.

LAGES, Mario; POLICARPO, Veronica. Atitudes e valores perante a imigração. Alto Comissariado para Imigração e diálogo Intercultural (ACIDI) 2003. Acessado em 25/05/2013: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Resumo_Estudo_OI2.pdf

MARINUCCI, Roberto; MILESI Rosita. Migrações Internacionais Contemporâneas. 2007. In: www.migrante.org.br. Acessado em 13/05/2013

MARTINE George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva, 2005. vol. 19, n.3, p. 3-22.

MAYO, Peter. Educação crítica e desenvolvimento de uma cidadania multi-étnica. Uma perspectiva da Europa do sul. Revista Lusófona de Educação, 2005. vol. 6. p. 47-54

NOVARO, Gabriela. Educación intercultural en la Argentina: potencialidades y riesgos. Cuadernos interculturales, 2006. v. 4, n. 7, p. 49-60.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Os (des) caminhos da identidade. Revista brasileira de ciências sociais, 2000. vol.15, n.43.

PATARRA Neide. Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In: São Paulo em perspectiva, 2005. v. 20, n. 57, p. 7.

_____. O Brasil: país de imigração? In: e-metropolis. 2012. n.9. pp.6-15.

ROCKWELL, Elsie. La experiencia etnográfica: Historia y cultura en los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das migrações internacionais. Ponencia del XII Encontro Nacional da Abep, Caxambu, 2000

SAYAD, Abdelmalek. La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado. Barcelona: Anthropos Editorial, 2010

YANG, Eun Mi. A "geração 1.5" dos imigrantes coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.